

Transmissora
José Maria de
Macedo de
Eletricidade S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Transmissora José Maria de Macedo Eletricidade S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da S.A Transmissora José Maria de Macedo Eletricidade S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora José Maria de Macedo Eletricidade S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2015 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014) e 31 de dezembro de 2015 e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.1, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 08 de março de 2016, sem qualquer modificação.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellanger
Contador CRC 1SP196751/O-4

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo		<u>Reapresentado</u>		Passivo	Nota	<u>Reapresentado</u>	
		31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	34.191	7.884	Fornecedores	9	4.955	4.721
Impostos a recuperar		50	19	Empréstimos e financiamentos	10	163.909	476
Outras contas a receber		54	-	Obrigações sociais e trabalhistas		44	-
				Obrigações fiscais		2.120	1
				Partes Realacionadas	19	25.907	-
				Provisões	11	41.641	150
		<u>34.295</u>	<u>7.903</u>			<u>238.576</u>	<u>5.348</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Ativo financeiro concessão	8	223.001	42.568	Empréstimos e financiamentos			40.340
				Impostos Diferidos	12	28.190	3.938
						<u>28.190</u>	<u>44.278</u>
Imobilizado		<u>410</u>	<u>38</u>	Patrimônio líquido			
				Capital Social	13	1	1
		<u>223.411</u>	<u>42.606</u>	Prejuízos acumulados		(9.061)	882
						<u>(9.060)</u>	<u>883</u>
				Total Patrimônio líquido		<u>(9.060)</u>	<u>883</u>
Total do Ativo		<u><u>257.706</u></u>	<u><u>50.509</u></u>			<u><u>257.706</u></u>	<u><u>50.509</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		<u>Reapresentado</u>	
	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	14	163.743	38.630
Custo de Construção	15	(145.627)	(35.988)
Resultado bruto		18.116	2.642
Receitas (despesas) operacionais	16		
Pessoal		(588)	-
Material		(45)	(14)
Serviços de terceiros		(316)	(101)
Alugueis		(409)	(158)
Outras despesas		(13)	(33)
		(1.371)	(306)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tribut		16.745	2.336
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		5.241	153
Despesas financeiras		(22.609)	(1.574)
		(17.368)	(1.421)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(623)	915
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(1.758)	(33)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	(7.562)	-
Prejuízo do exercício		(9.943)	882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Reapresentado</u>	
	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	<u>(9.943)</u>	<u>882</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(9.943)</u></u>	<u><u>882</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos /Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Prejuízo do exercício (Reapresentado)		-	882	882
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)		<u>1</u>	<u>882</u>	<u>883</u>
Prejuízo do exercício		-	(9.943)	(9.943)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>1</u>	<u>(9.061)</u>	<u>(9.060)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Reapresentado</u>	
	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(9.943)	882
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Provisões	41.491	150
Impostos Diferidos	24.252	3.938
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	20.433	476
	<u>76.233</u>	<u>5.446</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento outras contas a receber	(54)	-
Aumento em tributos a recuperar	(31)	(19)
Aumento em obrigações sociais e trabalhistas	44	-
Aumento em fornecedores	234	4.721
Aumento em obrigações fiscais	2.119	1
	<u>2.312</u>	<u>4.703</u>
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	<u>2.312</u>	<u>4.703</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>78.545</u>	<u>10.149</u>
Atividades de investimentos		
Débitos com pessoas ligadas assumidos	119.275	12.183
Pagamento de débitos com pessoas ligadas	(93.368)	(12.183)
Aquisições de bens do imobilizado	(371)	(38)
Ativo financeiro concessão	(180.434)	(42.568)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(154.898)</u>	<u>(42.606)</u>
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital, líquido	-	1
Empréstimos e financiamentos obtidos	102.660	40.340
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	<u>102.660</u>	<u>40.341</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>26.307</u>	<u>7.884</u>
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	34.191	7.884
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	7.884	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>26.307</u>	<u>7.884</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Transmissora Jose Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A companhia conta com aportes que serão realizados pelos acionistas para honrar seus compromissos financeiros e conseqüentemente a para conclusão do projeto. Tais aportes estão respaldados nas obrigações contidas no Acordo de Acionistas.

1.1 Contrato de concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Ourolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, 157 km;
- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ourolândia II, 22 km cada;
- LT 500 kV Ourolândia - Morro do Chapéu II, 125 km e
- LT 230 kV Igaporã III - Pindaí II, 50 km.

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em 27 de março de 2018. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 144.600 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)** - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)** - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 19 de Abril de 2017.

2.1 Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2015

Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 estão reapresentados de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguinte assuntos:

- (a) Ativo financeiro - Os valores referentes aos encargos sobre empréstimos e as receitas de aplicações financeiras, estavam sendo reconhecidas no Ativo Financeiro, e não no resultado conforme requerido pela Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão.
- (b) Quando a concessionária presta serviços de construção é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apura-se uma margem de 3%. Na contabilização da margem da construção, a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.
- (c) A Companhia não estava reconhecendo *gross-up* de Pis e Cofins na receita de construção e o Pis e Cofins diferidos sobre as receitas .
- (d) As despesas administrativas gerais estavam sendo capitalizadas na sua totalidade no Ativo Financeiro, porém a Administração reavaliou que algumas dessas despesas seriam melhor classificadas como despesa administrativa no resultado a fim de melhor atender a interpretação no atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção, em seu item 20.a). O método utilizado para tal reavaliação foi através de proporção de mão de obra que não estavam ligadas diretamente ao custo do projeto.

Balço Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

Ativo	Divulgado 31/12/2015	Ajustes	Reapresentado 31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.884	-	7.884
Impostos a recuperar	19	-	19
	<u>7.903</u>	<u>-</u>	<u>7.903</u>
Não Circulante			
Ativo financeiro concessão (a)	39.167	3.400	42.568
Imobilizado		38	38
	<u>39.167</u>	<u>3.438</u>	<u>42.606</u>
Total do Ativo	<u>47.070</u>	<u>3.438</u>	<u>50.509</u>
	Divulgado 31/12/2015	Ajustes	Reapresentado 31/12/2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	4.871	(150)	4.721
Empréstimos e financiamentos	476	-	476
Obrigações fiscais	1	-	1
Provisões	-	150	150
	<u>5.348</u>	<u>-</u>	<u>5.348</u>
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	40.340	-	40.340
Impostos Diferidos (b)	-	3.938	3.938
	<u>40.340</u>	<u>3.938</u>	<u>44.278</u>
Patrimônio líquido			
Capital Social	1	-	1
Lucros /Prejuizos acumulados	-	-	-
Lucro exercício	1.381	(498)	882
	<u>1.382</u>	<u>(498)</u>	<u>883</u>
Total Patrimônio líquido	<u>1.382</u>	<u>(498)</u>	<u>883</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>47.070</u>	<u>3.439</u>	<u>50.509</u>

Demonstrações do Resultado
Em 31 de Dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Divulgado 31/12/2015</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado 31/12/2015</u>
Receita operacional líquida (a)	39.166	(536)	38.630
Custo de Construção (a)	<u>(37.786)</u>	<u>1.798</u>	<u>(35.988)</u>
Resultado bruto	1.381	1.262	2.642
Receitas (despesas) operacionais (c)			
Pessoal	-	-	-
Material	-	(14)	(14)
Serviços de terceiros	-	(101)	(101)
Alugueis	-	(158)	(158)
Outras despesas	-	(33)	(33)
	<u>-</u>	<u>(306)</u>	<u>(306)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	1.381	955	2.336
Resultado financeiro (a)			
Receitas financeiras	-	153	153
Despesas financeiras	-	(1.574)	(1.574)
	<u>-</u>	<u>(1.421)</u>	<u>(1.421)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.381	(466)	915
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(33)	(33)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-
Prejuízo do exercício	<u>1.381</u>	<u>(498)</u>	<u>882</u>

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de Dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	Divulgado 31/12/2015	Ajustes	Reapresentado 31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício	1.381	(498)	882
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Provisões	-	150	150
Impostos Diferidos	-	3.938	3.938
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	476	-	476
	<u>1.856</u>	<u>3.590</u>	<u>5.446</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Aumento outras contas a receber	(1)	1	-
Aumento em tributos a recuperar	(19)	-	(19)
Aumento em obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-
Aumento em fornecedores	4.872	(151)	4.721
Aumento em provisões	-	-	-
Aumento em obrigações fiscais	1	(0)	1
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	<u>4.853</u>	<u>(150)</u>	<u>4.703</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>6.709</u>	<u>3.440</u>	<u>10.149</u>
Atividades de investimentos			
Débitos com pessoas ligadas assumidos	-	12.183	12.183
Pagamento de débitos com pessoas ligadas	-	(12.183)	(12.183)
Aquisições de bens do imobilizado	-	(38)	(38)
Ativo financeiro concessão	(39.166)	(3.401)	(42.568)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(39.166)</u>	<u>(3.439)</u>	<u>(42.606)</u>
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital, líquido	1	-	1
Empréstimos e financiamentos obtidos	40.340	-	40.340
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	<u>40.341</u>	<u>-</u>	<u>40.341</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>7.884</u>	<u>1</u>	<u>7.884</u>
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	7.884	-	7.884
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	-	-	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>7.884</u>	<u>-</u>	<u>7.884</u>

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a. Reconhecimento de receita

De acordo com a interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação.

Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear em cada ciclo anual.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas e a interpretação ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência.

Com base no exposto anteriormente, a Companhia reconhece suas receitas quando o valor da receita puder ser mensurado com segurança e for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

- Receita de remuneração do ativo financeiro a ser reconhecida até o fim do período da concessão, auferida levando em consideração a taxa de retorno do investimento e definida no início da concessão;
- Receita de operação e manutenção reconhecida de forma linear em cada ciclo anual e mensurada no início de cada concessão, e com base no que dita o Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1) - Receitas; e
- Receita de desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada com as construções das linhas de transmissão e com as expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento CPC 17 (R1) - Contratos de Construção. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.

c. Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Redução ao valor recuperável (Impairment)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

f. Concessionárias e Permissionárias

Referem-se aos créditos faturado aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.

g. Ativo financeiro

O ativo financeiro decorrente do contrato de concessão é reconhecido quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte indicada para os serviços de construção ou melhoria. Tais ativos são classificados como empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

h. Tributação e encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS às alíquotas de 7,6% e 1,65%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda.

5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b. Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, na determinação e classificação das parcelas das receitas atribuíveis aos gastos de melhoria e manutenção e à remuneração da construção, esta como ativo financeiro.

c. Reconhecimento do ativo financeiro

A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de remuneração do ativo financeiro é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A taxa de remuneração do ativo financeiro é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

d. Determinação das receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da estrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica. Na contabilização da margem de lucro da construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

e. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

f. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

g. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros..

h. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente.

6 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações, resumidas abaixo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 - Receita de contratos de clientes;
- *IFRS 16 Leases (Arrendamentos)*
- Modificações às IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo biológico e Produto agrícola;
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificação às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014;
- Modificações às IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo de julgamento de divulgações das Demonstrações Financeiras;
- Modificações ao CPC 10 (IFRS 2)
- Modificações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	3	1
Bancos	748	150
Aplicações Financeiras	33.440	7.733
	<u>34.191</u>	<u>7.884</u>

As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 100,2% a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2016	31/12/2015
Banco Santander	CDB	100,2% CDI	-	7.733
Caixa Econômica	CDB	100,5% CDI	33.440	-
			<u>33.440</u>	<u>7.733</u>

8 Ativo financeiro da concessão

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Sociedade no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O ativo financeiro é remunerado pela taxa de retorno do empreendimento, que em 2015 apresentou o percentual médio de 6,99% de julho a dezembro e em 2016 apresentou percentual médio de 11,98% a.a.

	31/12/2016	Reapresentado 31/12/2015
Serviços de construção	206.969	41.012
Remuneração do ativo financeiro	16.032	1.556
	<u>223.001</u>	<u>-</u>
Saldo em 31.12	<u>223.001</u>	<u>42.568</u>
Circulante	-	-
Não circulante	<u>223.001</u>	<u>42.568</u>
Total do ativo financeiro	<u>223.001</u>	<u>42.568</u>

9 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Materiais	1.896	3.945
Serviços	83	751
Outros	2.976	25
	4.955	4.721

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra.

10 Financiamentos

a. Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2016	31/12/2015
Banco Itaú	BRL	03/03/2017	14% + TR	85.033	
Intesa San Paolo	BRL	31/01/2017	2,35% + CDI	78.876	40.816
				163.909	40.816
Total de empréstimos e financiamentos					
Circulante				163.909	40.816
Não circulante				-	

b. Movimentação

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2015	Adições	Juros	Pagamento de Juros	Saldo em 31/12/2016
Banco Itaú	-	75.000	10.033	-	85.033
Intesa San Paolo	40.816	27.660	10.400	-	78.876
Total	40.816	102.660	20.433	-	163.909

Intesa San Paolo

Em 02 de dezembro de 2015, com o objetivo de financiar os custos iniciais associados com a implementação do Projeto, a Intesa San Paolo Brasil S.A, emitiu em benefício a Companhia Cédula de Crédito Bancário (CCB) até o limite R\$ 68.000, a uma taxa de juros de CDI+2,35% a.a. e com Garantia Corporativa da Dragados Industrial.

Em 03 de dezembro de 2015, o banco Intesa San Paolo S.A. desembolsou a quantia de R\$ 40.340.

Em 21 de janeiro de 2016, o banco Intesa San Paolo S.A. desembolsou a quantia de R\$ 9.220.

Em 14 de abril de 2016, o banco Intesa San Paolo S.A. desembolsou a quantia de R\$ 18.440.

Os valores devidos pela Companhia ao Banco sob a “CCB”, vencerão em 31 de janeiro de 2017.

Banco Itaú

Com o objetivo de financiar os custos iniciais associados com a implementação do projeto Odoya, em 03 de março de 2016 a Companhia celebrou com o Banco Itaú, um contrato de Notas Promissórias onde foram emitidas “Notas Comerciais” no valor total de R\$ 75. a uma taxa de juros de TR mais 14,00% a.a., com data de vencimento em 03 de março de 2017.

11 Provisões

	Custo da obra em curso	Desapropriações/ Terrenos	Auditoria	Derivativos	Total
Em 31 de dezembro de 2015	139	1	10	-	150
Adições	26.173	5.333	67	35.718	67.291
Reversões	(20.621)	(5.169)	(10)	-	(25.800)
Em 31 de dezembro de 2016	5.691 (i)	165	67	35.718 (ii)	41.641

- (i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de cabos e estruturas metálicas;
- (ii) A composição desta rubrica refere-se operação com instrumentos financeiros derivativos do tipo compra a termo de moeda que a Companhia contratou para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, referente a importação de cabos.

12 Impostos Diferidos

Natureza dos créditos	31/12/2016			Reapresentado 31/12/2015		
	Base de cálculo	Impostos diferidos	Total	Base de cálculo	Impostos diferidos	Total
PIS diferido	223.001 (i)	3.680	3.680	42.568 (i)	703	703
COFINS diferida	223.001 (i)	16.948	16.948	42.568 (i)	3.235	3.235
IRPJ diferido	22.242 (ii)	5.560	5.560			-
CSLL diferida	22.242 (ii)	2.002	2.002			-
		28.190	28.190		3.938	3.938

- (i) Refere-se a receita de construção e de manutenção reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção e manutenção prestados, adicionada dos impostos recuperáveis (PIS e COFINS).
- (ii) Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre os rendimentos do ativo financeiro relacionado a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1)

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social subscrito é de R\$ 1.000, dividido em 1.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

Composição acionária	31/12/2016		
	Qntd Ações	%	Valor(Em Reais)
Quotistas			
Cymi Holding S.A.	500	50,00%	500
Brasil Energia Fundo de investimentos em participações	500	50,00%	500
Total	1.000	100%	1.000
Composição acionária	31/12/2015		
Quotistas	Qntd Ações	%	Valor(Em Reais)
Cymi Holding S.A.	999	99,90%	999
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda	1	0,10%	1
Total	1.000	100%	1.000

b. Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

14 Receita

	Reapresentado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita de Construção	165.956	41.012
Receita Financeira	14.477	1.556
	180.433	42.568

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Representado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta	180.433	42.568
(-) PIS e COFINS	(16.690)	(3.938)
Receita líquida	163.743	38.630

15 Custo de Construção

Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2016

	31/12/2016	Reapresentado 31/12/2015
Pessoal	(663)	
Material	(37.819)	(16.503)
Serviços de terceiros	(68.694)	(19.416)
Resultado financeiro	(33.740)	(34)
Outras despesas	(4.711)	(35)
	<u>(145.627)</u>	<u>(35.988)</u>

16 Despesas Operacionais

	31/12/2016	Reapresentado 31/12/2015
Pessoal	(588)	-
Material	(45)	(14)
Serviços de terceiros (i)	(316)	(101)
Alugueis	(409)	(158)
Outras despesas	(13)	(33)
	<u>(1.371)</u>	<u>(306)</u>

(i) Refere-se substancialmente a serviços de de assessoria jurídica , assessoria contábil, auditoria e serviços de limpeza.

17 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2016	Reapresentado 31/12/2015
Receitas financeiras	<u>5.241</u>	<u>153</u>
Receita de aplicações financeiras	<u>5.241</u>	<u>153</u>
Despesas financeiras	<u>(22.609)</u>	<u>(1.574)</u>
Juros de empréstimos e financiamentos	(20.433)	(476)
IOF de empréstimos	(486)	(758)
Outras despesas financeiras	<u>(1.690)</u>	<u>(340)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(17.368)</u>	<u>(1.421)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2016	
	IRPJ	CSLL
Base de cálculo	22.242	22.242
Alíquota	25%	9%
Imposto devido	5.560	2.002

O IR e CSLL correntes da Companhia foram apurados com base na sistemática do lucro presumido. De acordo com esse método o IR e CSLL são calculados com base em percentuais pré-estabelecidos das receitas de serviços aplicando em seguidas as alíquotas de 25% e 9% sobre montante presumido. Em 31/12/2016 a reconciliação da despesa de IR e CSLL apresentada no resultado conforme demonstrado a seguir:

	Reapresentado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita financeira	5.240	5.240	153	153
Base de cálculo	5.241	5.241	153	153
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ	10%		10%	
Imposto devido	1.286	472	30	2

19 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Passivo
Transações	Fornecedores
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-
Cymimasa Cons e Proj de Construção (i)	19.153
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda (ii)	6.754
Saldos em 31 de dezembro de 2016	25.907

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia e a Cymimasa.
- (ii) Saldo refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão.

20 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a. Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	34.191	7.884
Contas a receber - Ativo financeiro	223.001	42.568
	<u>257.192</u>	<u>50.452</u>

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- **Contas a receber - Ativo financeiro** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras		
CDI	33.440	7.733

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - Aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável I (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	33.440	Queda da taxa CDI	4.056	3.042	2028
Referência para ativos financeiros			Cenário provável I	-25%	-50%
			12,13%	9,10%	6,07%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 12,13% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI e TR em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
Banco Itaú	85.033	Aumento da taxa TR	85	110	128
Intesa San Paolo	78.876	Aumento da taxa CDI	9.568	11.958	14.355
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
TR			0,100%	0,13%	0,15%
CDI			12,13%	15,16%	18,20%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 12,13% para o período, E TR médio estimado de 0,100 % de acordo com a expectativa do mercado.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

b. Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber - ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

c. Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Contas a receber - ativo financeiro** - o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2016. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

d. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	<u>31/12/2015</u>			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa	7.884	-	-	7.884
Contas a receber ativo financeiro	-	-	42.568	42.568
Total	<u>7.884</u>	<u>-</u>	<u>42.568</u>	<u>50.452</u>

Descritivo	<u>31/12/2016</u>			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa	34.191	-	-	34.191
Contas a receber ativo financeiro	-	-	223.001	223.001
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	35.718	-	35.718
Total	<u>34.191</u>	<u>35.718</u>	<u>223.001</u>	<u>292.910</u>

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

21 Compromissos assumidos

- **Contrato de EPC** - Em 27 de Março de 2015 a Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda e a Cymimasa Consultoria e Projetos de Construção Ltda celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até Abril de 2018 a projeção de custos para o projeto será de R\$ 1.399.741 conforme quadro abaixo:

	Até 31/12/2016	2017	2018	Total
Contrato EPC	139.032	1.189.153	71.557	1.399.741

- **Contrato de O&M** - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M), gestão e administração (G&A) para as Instalações.

A remuneração G&A será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. Como a Companhia está em fase pré operacional esses valores serão pagos, conforme contrato, a partir do momento que entrar em operação que se dará em 2018.

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 6.313 por ano.

Com relação a remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. Como a Companhia está em fase pré operacional esses valores serão pagos conforme contrato, a partir do momento que entrar em operação que se dará em 2018.

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 6.090 por ano.

22 Eventos subsequentes

A companhia revisou as premissas de seus contratos de concessão bem como os impactos fiscais da Lei 12.973/14. Como resultado desta revisão, a Companhia pretende alterar seu regime de tributação para o Lucro Real a partir de 1/1/2017 e registrou em suas demonstrações financeiras de 31/12/2016 o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos passivos estimado com base no CPC 32.

* * *